

Exercício sobre as conseqüências

WASHINGTON BARBEITO *

A economia global e o livre mercado, que tiveram como principal teórico o economista inglês do século XIX David Ricardo, foram elevados à categoria de presságios sagrados, como suporte da moderna economia. Esta consagração impede que os políticos e os economistas pensem mais cuidadosamente sobre seus efeitos devastadores nas economias industrializadas e, principalmente, nas outras em desenvolvimento, o chamado Terceiro Mundo. A aplicação generalizada do livre mercado e a extinção das barreiras de proteção regionais têm como conseqüência inevitável a desestabilização das indústrias estabelecidas e o desemprego, com o empobrecimento ainda maior dos marginalizados.

David Ricardo construiu sua famosa teoria baseado em dois princípios inter-relacionados: a especialização como ganho de produtividade e as vantagens comparativas, advindas da troca de bens especializados produzidos, proporcionando o ganho dobrado de produtividade para os dois lados. Estes princípios, no mundo atual, de alta tecnologia de um lado, e de grandes massas de mão-de-obra desqualificada do outro, não podem mais ser levados em plena consideração. Vejamos o porquê.

O princípio do livre comércio global é o de que qualquer produto pode ser produzido em qualquer lugar e pode ser vendido ainda em outro lugar diferente. As massas desempregadas podem rapidamente receber adestramento produtivo (sem que isto signifique a compreensão dos processos de produção ou transferência de tecnologia) e estão dispostas a aceitar pagamento mínimo pelo seu emprego. Os bens assim produzidos — vide na Ásia e China — irão provocar uma queda vertiginosa nos custos e, conseqüentemente, nos preços de comercialização, levando as indústrias estabelecidas a uma competição impossível de ser sustentada, nos padrões atuais de salários e encargos sociais que são obrigadas a manter. As elites comerciantes certamente irão enriquecer, provocando uma concentração de rendas sem precedentes, tendo como subproduto cruel o desemprego da grande força de trabalho anteriormente ocupada na atividade que passou a se tornar não competitiva.

As indústrias detentoras de alta tecnologia transferir-se-ão para os paraísos fiscais, promovendo novas pesquisas e modificando sempre o "manual de adestramento" das massas trabalhadoras. A receita dos governos para investimentos em infra-estrutura e socorro social ficará drasticamente reduzida.

É também equivocada a análise econômica baseada unicamente em preços convertidos pelo câmbio. Os valores do câmbio representam tão-somente um ponto de equilíbrio entre a oferta e a demanda monetária por divisas, não mantendo plena correlação com os custos de produção. Isto encerra enormes distorções e promove a importação do desemprego e a exportação dos empregos de uma nação.

Vejamos alguns exemplos brasileiros de produtos com grande impacto na geração de empregos: construção naval e navegação (indústrias interdependentes), brinquedos e indústria têxtil. A primeira, a indústria marítima nacional, vê-se exposta à competição com empresas sediadas em paraísos fiscais, que empregam mão-de-obra com salários de cerca de US\$ 50.00 mensais, com 22% de encargos sociais apenas e com alíquota zero para a importação de seus fretes. A competição é absolutamente desigual e ainda

aviltada por uma relação de câmbio de R\$ 0,85 por US\$ 1.00. O resultado prático é a importação de mais de US\$ 4 bilhões em fretes estrangeiros, gerando aqui o desemprego de mais de 100 mil pessoas.

A indústria de brinquedos, pelos mesmos motivos, compete com salários mensais de US\$ 50.00, e ainda sobrevive graças à uma proteção alfandegária com alíquota de 30%. Os têxteis brasileiros, nas mesmas condições, lutam para sobreviver e já têm milhares de desempregados. Estes três exemplos caracterizam com a realidade a argumentação de que o livre mercado deve ser encarado com as reservas necessárias à proteção de nossos empregos.

Poder-se-ia, finalmente, aduzir que o Brasil deveria orientar-se para aqueles produtos nos quais possui vantagens comparativas: produtos agropecuários (destacando-se carne e celulose) e produtos minerais (minério de ferro, bauxita e manganês). Todos estes produtos empregam pouquíssimas pessoas, bastando lembrar que os EUA, o maior produtor mundial destes bens, utilizam-se apenas de 2% de sua população para produzi-los, incluindo-se aí o carvão classificado como mineral. Ainda mais, o aumento da oferta destes produtos levaria a uma queda generalizada dos seus respectivos preços, uma vez que são todos superabundantes, produzidos que são por inúmeras nações. Mesmo na hipótese de produzirmos ouro e diamantes em grandes quantidades, os nossos problemas de emprego e subemprego permaneceriam.

Por outro lado, os países desenvolvidos jamais abrirão mão de suas alíquotas de proteção e outras barreiras visíveis e invisíveis aos nossos produtos, como é o caso do Japão, que impede a entrada do arroz e manufaturados estrangeiros. Além disso, não nos devemos esquecer dos famosos "selo ecológico" e "selo social", que nada mais são do que barreiras impostas pelos países industrializados aos produtos oriundos dos países do chamado Terceiro Mundo. Embora ainda não plenamente utilizados, estes "selos" estão sendo fortemente cogitados nas regras do novo Gatt (a World Trade Organization).

É certo que o comércio bem orientado é uma fonte de enormes progressos, levando-se em consideração as trocas realizadas por economias complementares, e não o livre comércio predatório, que destrói indústrias e gera o desemprego, enriquecendo as elites, estas sim favoráveis a sua vigência plena, em detrimento da massa da população de desempregados. Cabe ao Estado a tarefa de impedir a formação de cartéis e oligopólios, desestruturando-os através da competição incentivada. A especialização pura e simples deve ser rejeitada, uma vez que promove o desemprego, a concentração de renda e baixos salários. Nós precisamos de uma política econômica estruturada de forma que a maioria da população possa participar do processo produtivo, que deve ser baseado na diversificação, nas pequenas e médias empresas, para gerar empregos, rendas, impostos e, finalmente, a riqueza.